

ANISTIA INTERNACIONAL COMUNICADO À IMPRENSA

7 de maio de 2019

Brasil: Risco de derramamento de sangue na Amazônia a menos que o governo proteja os povos indígenas contra o loteamento de terras e a extração de madeira ilegais

- *O loteamento de terras e a extração de madeira ilegais estão aumentando em terras indígenas na Amazônia brasileira*
- *Reduções recentes no monitoramento do governo agravam o risco de conflitos*
- *A chegada da estação seca deve intensificar a pressão sobre as terras tradicionais*

Há um risco iminente de confrontos violentos na Amazônia brasileira a menos que o governo proteja as terras tradicionais dos povos indígenas contra o número crescente de loteamento de terras e extração de madeira ilegais por invasores armados, advertiu hoje a Anistia Internacional.

A Anistia Internacional visitou recentemente três territórios indígenas diferentes no norte do Brasil, onde invasores ilegais tinham iniciado ou expandido esforços para se apropriar de terras e/ou derrubar árvores. Os líderes indígenas informaram à organização que haviam recebido ameaças de morte por defender suas terras tradicionais. Eles temem também novas invasões na estação seca (maio/junho até outubro/novembro), quando o acesso físico mais fácil às florestas facilita a queima e o desmatamento.

"Os povos indígenas brasileiros e suas terras enfrentam enormes ameaças e a situação em breve se tornará insustentável na estação seca", afirmou Richard Pearshouse, Assessor Sênior de Crises e Meio Ambiente da Anistia Internacional.

"O governo deve proteger os povos indígenas que estão defendendo suas terras, ou haverá derramamento de sangue."

Em abril de 2019, a Anistia Internacional entrevistou 23 indígenas em três territórios no norte do Brasil: Karipuna e Uru-Eu-Wau-Wau (no estado de Rondônia) e Arara (no estado do Pará). A Anistia Internacional também entrevistou 13 pessoas com conhecimento sobre invasões de territórios indígenas, incluindo funcionários do governo, procuradores públicos e representantes de organizações não governamentais.

De acordo com representantes de organizações não governamentais e autoridades, os invasores são muitas vezes pessoas locais que são encorajadas e apoiadas por fazendeiros e políticos locais a ocupar lotes de terra e/ou vender a madeira.

Os povos indígenas em alguns territórios realizam patrulhas para monitorar e proteger suas terras contra essas invasões. Como os invasores frequentemente estão armados, há um risco alto de confrontos violentos com os povos indígenas.

Nos três locais, os líderes indígenas denunciaram repetidamente recentes ocupações e extração de madeira ilegais às autoridades governamentais. No entanto, houve apenas respostas limitadas das autoridades governamentais e o loteamento de terras e a extração de madeira ilegais continuam.

Uma invasão de cerca de 40 invasores ilegais na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, em janeiro de 2019, resultou em uma operação de fiscalização na área poucos dias depois, na qual uma pessoa foi presa e depois libertada. Seguiu-se uma invasão muito maior no território Uru-Eu-Wau-Wau, em abril de 2019, com a estimativa de envolver muitas centenas de invasores ilegais. Uma operação de fiscalização do governo levou à prisão de duas pessoas uma semana após a invasão de abril.

Tiros durante a noite

Os povos indígenas de todos os três territórios informaram à Anistia Internacional que invasores ilegais tinham aberto recentemente novos caminhos na floresta perto de suas aldeias e estradas. Em alguns territórios eles também descreveram que frequentemente ouviram sons de tratores e motosserras dentro dos territórios.

Uma mulher Uru-Eu-Wau-Wau de 22 anos descreveu como se sentiu nos dias após a invasão de janeiro de 2019:

"Quando ouvi falar da invasão, fiquei com medo porque fica muito perto da aldeia. Eu nunca tinha visto uma tão perto. Fiquei com medo de que eles viessem aqui. Não conseguia mais dormir. Houve tiros durante a noite por várias

noites. Fiquei com muito medo. Eu colocava as crianças para dormir, mas eu mesma não conseguia dormir."

Pesquisadores da Anistia Internacional observaram vestígios de estradas e caminhos usados anteriormente por invasores dentro dos territórios indígenas, assim como fotos e vídeos de lotes demarcados, caminhos e um trator transportando madeira.

Um líder Karipuna relatou à Anistia Internacional seus temores de que a situação possa se transformar em confrontos violentos na estação seca:

"Eles [os invasores ilegais] deixaram uma mensagem de que nós [os líderes indígenas] não deveríamos andar nos seus caminhos, nós desapareceríamos ... Se o governo não proteger o território, poderá acontecer uma tragédia entre invasores e indígenas. Durante a estação seca, as invasões aumentarão ainda mais, porque as autoridades não tomaram nenhuma medida."

A resposta do governo a esses loteamentos de terra e extração de madeira ilegais continua a ser inadequada. A proteção dos territórios indígenas depende em grande parte da coordenação entre diferentes órgãos governamentais. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), no Brasil, não tem poder de polícia e depende do apoio de outras instituições, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Polícia Federal. Especialistas disseram à Anistia Internacional que as operações de vigilância foram reduzidas devido a restrições orçamentárias nos últimos meses.

Os indígenas expressaram sua frustração à Anistia Internacional de que poucos invasores são responsabilizados, enquanto especialistas destacaram a necessidade de investigar os que apoiam e financiam o loteamento de terras e a extração de madeira ilegais.

Entre janeiro e abril de 2019, o Ministério Público Federal enviou pelo menos quatro ofícios aos Ministérios da Justiça e da Mulher, Família e Direitos Humanos – o ministério responsável pela FUNAI desde janeiro de 2019 – descrevendo uma deterioração da situação de segurança nos territórios Karipuna e Uru-Eu-Wau-Wau e alertando sobre o risco de conflitos. O Ministério Público Federal solicitou o apoio imediato da Força de Segurança Nacional, enquanto as autoridades desenvolvem um plano de proteção de longo prazo para os territórios.

Até a presente data, os Ministérios da Justiça e da Mulher, Família e Direitos Humanos não coordenaram com a Força de Segurança Nacional para proteger os territórios Karipuna e Uru-Eu-Wau-Wau e o plano de proteção de longo prazo continua pendente.

"A menos que a FUNAI e outras autoridades intensifiquem a luta contra o loteamento de terras e extração de madeira ilegais, confrontos violentos entre os povos indígenas e os invasores são altamente prováveis", afirmou Richard Pearshouse.

"O governo deve afirmar prontamente seu compromisso com a proteção dos territórios indígenas e garantir que sejam respeitados."

O desmatamento em territórios indígenas piora

Loteamento de terras e extração de madeira ilegais são geralmente menos comuns na estação de chuva (outubro/novembro a maio/junho) do que na estação seca (maio/junho a outubro/novembro). A ONG [Imazon](#) relatou a perda de 11,0 quilômetros quadrados de floresta dentro de terras indígenas na Amazônia durante os três primeiros meses do ano. Isso representa um aumento de 82,0% em relação ao mesmo período em 2018.

Estudos indicam que onde as terras tradicionais dos povos indígenas são florestas primárias, a demarcação de territórios indígenas pode desempenhar uma função de proteção contra o desmatamento. A conservação de florestas primárias é fundamental na luta contra as mudanças climáticas, porque quando as florestas são desmatadas ou queimadas, o carbono armazenado é liberado na atmosfera, principalmente na forma de dióxido de carbono.

"Proteger os direitos humanos dos povos indígenas é fundamental para evitar mais desmatamento na Amazônia. A comunidade internacional deve estar atenta e apoiar as comunidades indígenas na linha de frente da luta para proteger as florestas mais preciosas do mundo", afirmou Richard Pearshouse.

CONTEXTO E TESTEMUNHOS ADICIONAIS

Além das três terras indígenas pesquisadas pela Anistia Internacional, outros territórios indígenas no Brasil também enfrentam crescente pressão de invasores ilegais. Em fevereiro de 2019, a ONG Repórter Brasil relatou a existência de pelo menos 14 terras indígenas demarcadas com recentes invasões.

As terras indígenas são protegidas pelas leis brasileiras e pelas leis internacionais de direitos humanos. A Constituição reconhece os direitos dos povos indígenas à terra, seu uso e recursos naturais. O loteamento de terras e a extração de madeira ilegais dentro dos territórios indígenas constituem crimes perante a lei federal. O Brasil ratificou a Convenção 169 da OIT que garante aos povos indígenas o direito à consulta livre, prévia e informada sobre projetos que afetem suas terras e direitos.

A Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau

A Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau compreende uma área de 1.867 mil hectares no estado de Rondônia, norte do Brasil. O processo de demarcação do território foi concluído em 1991. O povo Uru-Eu-Wau-Wau, com uma população de 200 pessoas, vive em seis aldeias na parte norte do território. Em abril de 2019, a Anistia Internacional visitou duas das aldeias próximas aos locais de invasões recentes e entrevistou membros da comunidade.

O povo Uru-Eu-Wau-Wau relatou à Anistia Internacional que em 11 de janeiro de 2019 eles confrontaram cerca de 40 invasores, armados com foices e facões, abrindo um caminho em seu território a cerca de dois quilômetros de uma aldeia indígena e ao lado da estrada usada para entrar e sair do seu território. Quando lhes foi dito para sair, os intrusos supostamente responderam que viriam mais intrusos e ameaçaram matar as crianças indígenas.

Outra invasão na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau ocorreu no início de abril de 2019. A mídia local relatou que os invasores disseram que entraram no território indígena sob a suposição de que o governo iria dividir o território e dar títulos de propriedade a eles. A mídia local relatou a presença de mais de mil invasores na área de Nova Floresta, enquanto a FUNAI comunicou aos indígenas locais que a invasão envolveu provavelmente 500 invasores. O número real de invasores ilegais envolvidos na invasão de abril de 2019 é incerto.

Logo após o povo Uru-Eu-Wau-Wau denunciar a invasão às autoridades, a FUNAI e policiais federais foram até o início do caminho aberto pelos invasores ilegais, mas não prenderam ninguém. No final de abril de 2019, uma nova operação realizada pela FUNAI, Polícia Federal, IBAMA e ICMBio prendeu duas pessoas.

A Terra Indígena Karipuna

A Terra Indígena Karipuna compreende uma área de 153 mil hectares nos municípios de Porto Velho e Nova Mamoré (estado de Rondônia) e foi demarcada em 1998. Os Karipuna são um povo indígena com 58 membros e a única aldeia fica às margens do rio Jaci Paraná. Ao lado da aldeia, há uma plantação onde eles cultivam mandioca, abóbora, batata-doce, banana e milho.

Líderes Karipuna disseram à Anistia Internacional que os caminhos mais próximos de seu território ficam a dois quilômetros de distância de sua aldeia e foram recentemente renovados. A presença de invasores, mesmo durante a estação chuvosa, juntamente com ameaças de morte que receberam há poucos

meses, limita suas atividades como a caça e a coleta de castanhas. Eles temem o risco de conflitos à medida que invasores ilegais se aproximam.

Um líder Karipuna de 26 anos disse:

"Somos poucos para fazer a vigilância e não temos poder de polícia. É muito arriscado e já estamos sendo ameaçados. Se o governo não agir, podemos perder nosso território, pode ser o fim dos Karipuna. Não sei se há novos caminhos, porque nós não patrulhamos com frequência para evitar o contato com invasores. Eles andam armados, com armas de fogo."

Apesar de uma decisão judicial liminar de junho de 2018 ordenando que as autoridades federais e estaduais implementem um plano para proteger o território com um mínimo de 10 dias de vigilância por mês, as operações de fiscalização foram drasticamente restringidas.

A Terra Indígena Arara

A Terra Indígena Arara está localizada no estado do Pará, norte do Brasil. Demarcado em 1991, o território tem 274 mil hectares e abriga cerca de 400 pessoas do povo Arara que vivem em seis aldeias diferentes. Quatro delas ficam ao longo do rio Iriri, enquanto outras duas ficam no limite norte do território, adjacente à rota BR-230, também conhecida como rodovia Transamazônica.

O povo Arara contou à Anistia Internacional que em dezembro de 2018 invasores ilegais começaram a abrir novos caminhos em seu território a partir da rodovia e a marcar lotes de terra com seus nomes. Os lotes eram separados por algumas centenas de metros. Confrontados por agentes da FUNAI em uma operação no final de dezembro de 2018, eles teriam dito aos agentes que Bolsonaro autorizaria o loteamento da terra e a extração de madeira.

Após relatórios feitos pela FUNAI, em janeiro de 2019, o IBAMA e a Polícia Federal sobrevoaram o território Arara e identificaram três novos focos de desmatamento. Outra tentativa de loteamento ilegal de terras foi identificada em um local mais remoto do território em fevereiro de 2019. Naquela época, o povo Arara enviou uma carta ao Ministério Público denunciando as invasões e solicitando apoio do governo para evitar um conflito. De acordo com o povo Arara e as autoridades, o loteamento de terras ilegal foi temporariamente interrompido pela intervenção do governo, enquanto a extração de madeira ilegal continua sendo um problema.

Durante uma visita ao território em abril de 2019, pesquisadores da Anistia Internacional viram caminhos e estradas usados para a extração de madeira

ilegal. Eles ouviram também uma motosserra sendo usada nas proximidades enquanto caminhavam por um dos caminhos. O povo Arara informou à Anistia Internacional que a extração de madeira ilegal continua ocorrendo no território. De acordo com um homem Arara de 43 anos:

"A FUNAI costumava nos acompanhar para fiscalizar algumas vezes. A última missão foi em fevereiro. Desde então, eles não forneceram mais apoio. Nós denunciemos e eles [FUNAI] alegam que não têm recursos. Se não forem tomadas medidas, haverá mais loteamento de terras."